

Cidades

DOMINGO, 28 DE NOVEMBRO DE 1999

Corrupção
30
Reportagem 0249

Viscome
chora
durante
depoimento
a seus então
colegas da
Câmara
Municipal



Itamar Miranda/A - 18/5/99

**1 ano
MÁFIA DOS
FISCAIS**



Coleta de lixo na cidade:
segundo Ministério Público,
R\$ 1 bilhão desviado



L.C. Leite/AE - 16/7/99

Promotores
recolhem
documentos
do Serviço
Funerário:
um ano de
apuração da
máfia

Corrupção tirou R\$ 6,4 bilhões da Prefeitura

Valor, equivalente a 85% do orçamento da cidade para 2000, deve ser ressarcido aos cofres públicos conforme o Ministério Público; há 73 ações judiciais em andamento contra o Município

UILSON PAIVA

As irregularidades, escândalos e esquemas de corrupção investigados na Prefeitura de São Paulo desde 1993 deram origem a uma cifra astronômica. As vésperas do aniversário de um ano da apuração sobre a máfia dos fiscais, um levantamento realizado pelo Ministério Público Estadual na Promotoria de Justiça da Cidadania revela o desvio de R\$ 6,4 bilhões dos cofres públicos.

O valor desviado por diversas redes de corrupção instaladas na administração é equivalente a 85% do orçamento previsto da Prefeitura para 2000 (R\$ 7,6 bilhões) ou aproximada-

mente toda a receita que o Município espera obter com impostos e repasses de verba no ano que vem (R\$ 6,5 bilhões).

O desvio de recursos é ainda maior porque, em muitas das ações, os valores pleiteados pelo Ministério Público estão expressos em moedas antigas. Há também ações que terão seus valores apurados só na fase de liquidação e investigações ainda não concluídas - caso da maioria dos inquéritos sobre a máfia dos fiscais. Somente com a nomeação de funcionários fantasmas para a Anhembi Turismo, por exemplo, estima-se que a Prefeitura tenha gasto R\$ 7,2 milhões em um ano.

Atualmente tramitam 73

ações de improbidade administrativa envolvendo órgãos e funcionários do Município. A mais vultosa delas diz respeito ao desvio de precatórios, que atingiu R\$ 1,2 bilhão. O dinheiro, destinado ao pagamento de dívidas reconhecidas pela Justiça, era aplicado noutras áreas.

Cerca de R\$ 1 bilhão teria sido desviado pela chamada máfia do lixo. A promotoria dispõe de indícios de que planilhas de varrição e coleta eram falsificadas e de que o contrato original com as empresas, em alguns casos, teve o valor aumentado irregularmente em quase 100%.

Criminal - Sobre a máfia dos fiscais não há uma tabulação de valores, porque a maioria dos casos ainda está sendo investigada na área criminal pelos promotores do Grupo de Atuação Especial e Repressão ao Crime Organizado (Gaeco)

- só depois disso eles serão apreciados no âmbito da improbidade administrativa. A investigação reduziu a corrupção, mas, aparentemente, não conseguiu estancá-la. Há notícias de que camelôs continuam a pagar propinas para ficar irregularmente nas ruas e denúncias de cobrança de suborno em outras áreas.

"São números preocupantes, tanto a quantidade de ações quanto o montante de recursos envolvidos", avalia o promotor Wallace Paiva Martins Júnior, secretário-executivo das promotorias de Cidadania da capital. Martins observa ainda que as denúncias que se transformam em ações não chegam a 10% do total. "É apenas o que toma-

mos conhecimento."

Com os processos judiciais, além do ressarcimento do dinheiro, os promotores buscam sanções funcionais contra os envolvidos, como a perda da função pública, a suspensão dos direitos políticos e o pagamento de multas. As empresas privadas envolvidas em casos de corrupção estão sujeitas a penas como a proibição de realizar obras públicas ou de receber créditos ou incentivos fiscais.

Entre os políticos responsabilizados no âmbito municipal estão o prefeito Celso Pitta (PTN), o ex-prefeito Paulo Maluf (PPB), vereadores da base governista, secretários e integrantes de vários escalões

da administração.

Surpresa - O secretário de Negócios Jurídicos, Edvaldo Brito, afirmou ao Estado que a Prefeitura não dispõe de um levantamento preciso sobre o montante requisitado para ressarcimento aos cofres públicos em ações de improbidade administrativa. Mas considerou as cifras apontadas pelo Ministério Público surpreendentes.

"É um valor do qual não sei a base de cálculo", disse. "Mas não creio que as ações cheguem a isso." Brito ressaltou que nem sempre os valores requeridos são os efetivamente calculados e pagos ao final das ações.

Nesta edição, e nos próximos dias, o Estado vai mostrar o que foi apurado neste um ano da chamada máfia dos fiscais, como estão vivendo os personagens envolvidos e o que pode ocorrer daqui para a frente.

**QUANTIA
SURPREENDE
SECRETÁRIO
MUNICIPAL**